

Reflexões sobre a educação ambiental em tempos de barbárie

Reflections on environmental education in barbaric times

Reflexiones sobre la educación ambiental en tiempos de barbaria

Tatiana Ferreira dos Santos¹

Resumo

Este artigo se debruça sobre a reflexão acerca do cenário da formação social brasileira após a década de 1970, quando se inicia a crise estrutural do capital e se observam os impactos de tal crise na formação da questão ambiental no território do país. Para tanto, são trazidos apontamentos sobre as formas de produção e formação econômica e, por conseguinte, a urgência de uma educação ambiental crítica capaz de enxergar a questão ambiental em suas estruturas e em sua totalidade. O estudo tem abordagem qualitativa e natureza bibliográfica sendo fundamentado a partir da literatura especializada que abarca o campo da educação ambiental no Brasil, da formação social brasileira e do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. As considerações finais indicam que há uma necessidade de abordar e desenvolver a educação ambiental na sociedade em sua perspectiva emancipatória e concatenada aos interesses das lutas sociais.

Palavras Chaves: Crise Estrutural do Capital. Educação Ambiental Crítica. Questão Ambiental.

Abstract

This article focuses on the reflection on the scenario of Brazilian social formation after the 1970s, when the structural crisis of capital began and the impacts of such crisis on the formation of the environmental issue in the country's territory were observed. For that, notes are brought about the forms of production and economic formation and, therefore, the urgency of a critical environmental education capable of seeing the environmental issue in its structures and in its entirety. The study has a qualitative approach and bibliographic nature, based on the specialized literature that covers the field of environmental education in Brazil, Brazilian social formation and the development of productive forces and capitalist social relations. The final considerations indicate that there is a need to approach and develop environmental education in society in its emancipatory perspective and linked to the interests of social struggles.

Keywords: Structural Crisis of Capital. Critical Environmental Education. Environmental Issue.

Resumen

Este artículo se centra en la reflexión sobre el escenario de formación social brasileña después de la década de 1970, cuando se inició la crisis estructural del capital y se observaron los impactos de esa crisis en la formación de la cuestión ambiental en el territorio del país. Para ello, se plantean notas

¹ Centro Universitário AGES (UNIAGES), Paripiranga – BA.

sobre las formas de producción y formación económica y, por tanto, la urgencia de una educación ambiental crítica capaz de ver la cuestión ambiental en sus estructuras y en su totalidad. El estudio tiene un enfoque cualitativo y de naturaleza bibliográfica, basado en la literatura especializada que cubre el campo de la educación ambiental en Brasil, la formación social brasileña y el desarrollo de las fuerzas productivas y las relaciones sociales capitalistas. Las consideraciones finales indican que existe la necesidad de abordar y desarrollar la educación ambiental en la sociedad en su perspectiva emancipatoria y vinculada a los intereses de las luchas sociales.

Palabras Clave: Crisis Estructural del Capital. Educación Ambiental Crítica. Problema medioambiental.

Introdução

Ao longo da história, a educação ambiental² vem se constituindo em uma das formas de enfrentamento da questão ambiental. Sabemos que em escala mundial, a degradação da natureza apresenta repercussões mundiais, interferindo em biomas, impactando de maneiras diferentes em diversas nações, assim como no equilíbrio ambiental do planeta. No entanto, cada país apresenta especificidades no que se refere à sua formação social, econômica e política, assim como cultural e artística, o que significa que as respostas para o enfrentamento da questão ambiental também irão apresentar especificidades, principalmente considerando as políticas sociais, legislação social e as políticas ambientais em um país de economia dependente.

Segundo Silva (2010), a questão ambiental é resultante das contradições oriundas das forças produtivas capitalistas e ganha força na degradação da natureza em escala planetária, constituindo-se enquanto desafio agudizado no século XXI. Avaliando a sua condição e dependência econômica, assim como a sua formação social e econômica historicamente construída, o cenário latino-americano evidencia características estruturais imprescindíveis, principalmente no debate sobre educação ambiental. Refiro-me à categoria trabalho e as formas de relação e contradição entre o capital no solo latino-americano, sobretudo brasileiro, em tempos de crise estrutural do capital e agudização dos antagonismos sociais e depredação dos recursos naturais e humanos.

Nesse sentido, o presente trabalho se dedica a explicar de forma breve o cenário da formação social brasileira, sobretudo no que se refere ao período após a década de 1970, início da crise estrutural do capital, relacionando os impactos desta crise, para a formação das particularidades da questão ambiental em nosso território. À vista disso, serão feitos apontamentos sobre as formas de produção e formação econômica, e a necessidade de uma educação ambiental essencialmente crítica que comporte enxergar a questão ambiental em suas estruturas, em sua totalidade.

² A Educação Ambiental é entendida aqui enquanto processo educativo que possibilita a construção de conhecimentos sobre a realidade concreta atrelado à questão ambiental e suas interligações com as demais dimensões da vida, se constituindo enquanto práticas e concepções críticas e emancipatórias, aliado ao conjunto da sociedade, sobretudo aos interesses das lutas sociais.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados para a formulação deste escrito foram a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica que subsidiaram a escrita deste ensaio teórico, fundamentado a partir das obras dos principais autores que refletem sobre educação ambiental no Brasil, assim como referências de autores que discutem a formação social brasileira, sobre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas.

A crise estrutural do capital e os rebatimentos na realidade brasileira

A crise estrutural do capital começou a apresentar sinais da crise no final da década de 1960 e início da década de 1970. Esse período é caracterizado por seis pontos apresentados por Mészáros (2011) e Antunes (2009): queda na taxa de lucro, esgotamento dos padrões de acumulação taylorista e fordista, hipertrofia do setor financeiro, crise do estado de bem-estar social e incremento acentuado das privatizações.

O período também é conhecido pela denúncia global da depredação ambiental e a emergência de uma educação ambiental que envolvesse o debate sobre a degradação dos recursos naturais em níveis globais. Os caminhos da educação ambiental na denúncia da questão ambiental planetária ocorrem juntamente ao cenário de reestruturação produtiva do capital. Ou seja, ao tempo em que se discutia sobre os caminhos e as necessidades de uma educação ambiental que desse conta de amenizar os problemas ambientais, o capital já estava em sua forma mais degradante e preparado para reorganização e reestruturação produtiva em meio à crise estrutural.

Conforme Mészáros (2011), a novidade histórica da crise estrutural do capital consiste na sua dimensão universal. Não se concentra mais em um território ou uma esfera particular, tendo um alcance verdadeiramente global, com uma escala de tempo extensa, contínua e permanente, em constante colapso e com desdobramentos que se aprofundam e se complexificam. Sendo assim, a crise estrutural do capital afeta a totalidade “de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p.797).

Assim, a crise estrutural não está limitada à dimensão econômica ou política, mas sim contempla todas as dimensões da vida, desencadeia crises ecológicas, políticas, sociais, humanitárias, financeiras, de saúde pública em dimensões globais e estruturais, estritamente interligado às relações de capital e trabalho.

Como resposta à crise estrutural do capital, inicia-se um processo de reestruturação produtiva e do trabalho que ficou conhecida como uma reorganização do sistema do capital em suas dimensões políticas e ideológicas sob a ótica do neoliberalismo. Significou, em linhas gerais, a privatização do Estado, diminuição dos direitos trabalhistas e desmonte do aparelho estatal (ANTUNES, 2009).

Na realidade brasileira e em países de economia dependente, o processo de reestruturação produtiva ocorreu sob o cenário de condições subalternas. A destruição da

natureza, da humanidade e do meio ambiente ocorreu de forma global, em diferentes intensidades, mas com grandes impactos no processo produtivo e na vida das pessoas, principalmente, quando atinge altos índices de desemprego estrutural, além do prolongamento das jornadas de trabalho (ANTUNES, 2009).

Os rebatimentos da crise estrutural do capital na realidade brasileira emergem, sobremaneira, na década de 1980, quando o país vivenciava o período de redemocratização e profunda crise econômica, levando a transformações intensas. Enquanto países centrais vivenciavam o avanço neoliberal na década de 1980, como rebatimento da reestruturação produtiva do capital, a realidade brasileira vivia um pacto social democrático que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1989. Logo em seguida, na década de 1990, os interesses da burguesia industrial colidiam com as conquistas trabalhistas demarcadas na constituição.

As bases do projeto neoliberal foram fincadas mediante a constituição de um ideário ou de uma cultura política da crise que advogava a defesa da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 09).

A década de 1980 se caracterizou por um longo período de crise na economia brasileira. Significou o fim do dinamismo econômico industrial e de um padrão de acumulação nacional-desenvolvimentista que vinha de um projeto histórico que se iniciou na década de 1930, 1950, chegando ao fim na década de 1980, com crise econômica, recessão, queda no salário mínimo, oscilação nas taxas de desemprego e insegurança econômica.

As transformações sob o cenário crítico da instabilidade econômica brasileira incidiram diretamente no papel do Estado na organização econômica. O Estado desenvolvimentista não “cabia” mais aos moldes das transformações capitalistas que exigiam uma nova ordem mundial. “A reviravolta neoliberal foi o resultado das contradições internas ao Estado desenvolvimentista, que o levariam à crise agônica em que ele se debate no presente, anulando quase inteiramente sua capacidade regulatória” (VELASCO; CRUZ, 1997, apud ALENCAR; ALMEIDA, 2011, p. 11).

O receituário neoliberal passou a integrar o movimento econômico na sociedade, tendo como principais ações a diminuição do Estado e redução dos gastos governamentais na sociedade, principalmente em políticas públicas. No entanto, essa influência, advém de um cenário global, imposto para o mundo pelo capitalismo.

A modernização conservadora, iniciada no período do governo de Fernando Collor (1990 a 1992), tem como base a contrarreforma do Estado, tendo como principal alvo causador da crise brasileira o próprio Estado. A proposta de combate e enfrentamento à crise na verdade tratou-se de um projeto de desajuste da economia brasileira, centrado na

diminuição do Estado. Tendo como cerne as orientações do Banco Mundial pelas vias do Consenso de Washington, o Estado colocou em andamento um projeto que visava reformas que apresentavam como proposta a flexibilização econômica e envolviam desde a Educação, ao setor tecnológico, econômico e social (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Essas políticas econômicas levaram o país a enfrentar uma série recessão econômica, visível nas quedas do PIB, no PIB industrial, nas baixas taxas de investimento, bem como na perda média dos salários reais, no crescimento do desemprego, na concentração da renda e na deterioração das condições de infraestrutura e dos serviços públicos. Apesar do processo de impeachment de Collor, o governo de Itamar Franco deu prosseguimento à mesma política (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 13).

O padrão de reprodução na América Latina se concentra a partir da década de 1980, com a ofensiva neoliberal, em uma nova formação social sustentada em um padrão de reprodução dependente voltado para produção de exportação. O período vai até 2016, com a hegemonia do capital fictício. Desde então, a prioridade no padrão de produção capitalista concentrou-se em atividades denominadas de primário-exportadoras, direcionadas para o extrativismo e para o agronegócio (VALENCIA, 2019).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso foi dado início a um aprofundamento das políticas neoliberais seguido de reformas estruturais que iam desde a abertura comercial à diminuição da atuação do Estado nas políticas econômicas, retomando as exportações de matérias-primas, principalmente de carnes e cereais. A exportação de commodities passa a integrar o ranking de países exportadores de commodities extrativistas do mundo (VALENCIA, 2019).

Conforme afirma Valencia (2019), é importante compreender que esse processo de produção baseado na exportação de commodities se distingue da histórica especialidade brasileira de exportação de matérias primas, principalmente, a partir do processo de produção tecnológica, sobretudo, quando se refere à exploração de combustíveis fósseis.

Esse modelo se estendeu durante os governos de Lula e Dilma, com as bases neoliberais pautadas em políticas desenvolvimentistas. Ou seja, a dinâmica sociometabólica instituída no início da década de 1990 com Collor, as orientações do Banco Mundial e o projeto neoliberal continuavam no seu curso histórico, apresentando como centro do modelo produtivo de base extrativista exportadora (VALENCIA, 2019).

O processo de reestruturação produtiva, iniciada na década de 1990, abriu caminhos para uma nova forma de produzir o capital, principalmente considerando as particularidades da realidade brasileira, baseados na sua forma dependente e exportadora.

Surge, então, uma nova estratégia de acumulação flexível capitalista em meio à crise estrutural do capital e mundialização financeira. O Toyotismo emerge como característica central a flexibilidade nos processos de trabalho, assim como dos padrões de consumo e produção de produtos. Além disso, a flexibilidade também diz respeito à força de trabalho,

à legislação social, a contratação de trabalhos, adaptação a novos cenários e outras realidades (ALVES, 2011).

A submissão ao mercado de trabalho, assim como as múltiplas habilidades necessárias para exercer funções adversas nesses espaços flexíveis, condizia com as novas necessidades do capital de reorganizar um novo padrão de acumulação, possibilitando o curso do seu desenvolvimento em meio à contínua e estrutural crise do capital.

Significa, assim, afirmar que em uma realidade latino-americana de economia dependente de base agroexportadora de commodities baseada na extração de recursos naturais e no modelo de acumulação flexível associado à mundialização financeira e ao avanço neoliberal, a realidade se tornou terreno fértil para a agudização dos antagonismos sociais e ambientais, do individualismo e da barbárie. A flexibilização também envolve a diminuição dos direitos trabalhistas, a terceirização, a diminuição de contratos formais de trabalho, assim como a ampliação de trabalhos em condições precárias e sem garantias sociais.

No tempo presente, os impactos da acumulação flexível, assim como a priorização de um modelo de produção agroexportador, dizem respeito também a liberação e ampliação dos agrotóxicos, ampliação dos campos de produção de soja e do agronegócio, diminuição e afrouxamento das políticas ambientais, expropriação da Amazônia, privatização dos setores energéticos, aumento da migração campo-cidade, aumento da concentração de terra e renda. Além disso, também diz respeito à precarização das formas de trabalho em usinas de minério, assim como os impactos ambientais em decorrência de rompimentos de barragens. Todos esses aspectos estão diretamente conectados às relações e contradições entre capital e trabalho.

A educação ambiental frente à questão ambiental em tempos de barbárie

Primeiramente, é imprescindível definir qual educação ambiental está situada na perspectiva de enfrentamento à questão ambiental, sobretudo em tempos de barbárie. A diversidade de linhas teóricas que discutem educação ambiental permeia interesses distintos assim como intencionalidades variadas. Com isso, quero dizer que existe educação ambiental para fins mercadológicos e para atender aos interesses do capital, principalmente, sob o ideário neoliberal. Assim como existe a educação ambiental que atende aos interesses de movimentos sociais e que estão diretamente conectados às lutas sociais (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013). Esta última é a vertente defendida neste escrito.

Talvez o mais difícil e complexo dessas variedades de perspectivas de educação ambiental seja reconhecer em meio ao cotidiano e as diversas formas de alienação, as reais intencionalidades que cada uma delas pode apresentar. Mas há um caminho para descomplexificar esta necessidade, uma vez que reconhecer uma educação ambiental isolada do debate político e ideológico, demonstra que as referências distanciam-se e isolam-se da questão diante das estruturas totalizantes que a permeiam. Identificar uma

educação ambiental que se diz neutra, ou uma educação ambiental sem ideologias, ou mesmo uma educação ambiental que permite concordar com a barbárie do tempo presente sob o argumento ético e moralizante é um exercício necessário para conceber e compreender que educação ambiental deseja-se desenvolver frente às atitudes tomadas no atual cenário brasileiro.

E como diferenciar variados tipos de educação ambiental dentro da própria perspectiva crítica? É preciso evidenciar que existem variadas correntes filosóficas que fundamentam o pensamento crítico³, bem como sua aplicação no campo da educação ambiental. Mas é preciso, sobretudo em tempos de barbárie, que esta educação ambiental intitulada de crítica seja cada vez mais especificada dentro da perspectiva emancipatória, libertadora, em favor da vida e não do lucro.

Certamente, não é sobre esta educação ambiental instrumental acrítica que nos referimos aqui, mas é importante situá-las no debate, pois elas nasceram de um ponto em comum e se dissiparam assumindo disputas e interesses distintos. O ponto em comum refere-se à degradação em escala planetária dos recursos naturais, mas elas se dissipam quando nos referimos às causas dessa degradação e destruição. Refiro-me às linhas neomathuzianas que atribuem à causa da questão ambiental em escala planetária ao aumento populacional. Ou mesmo à perspectiva liberal que atribui a causa da questão ambiental a atitudes individualistas e de consumo individual e que a sua resolução depende unicamente da sua atitude particular. Ou ainda ao pensamento da terceira via, que defende um capitalismo verde e sustentável. Ainda há os que defendem que é possível a humanização do capitalismo.

Conforme Silva (2010), a educação ambiental é um campo de disputas que variam desde a proposta pedagógica até o desenvolvimento da prática. A autora refere-se às perspectivas instrumental e emancipatória. A primeira é caracterizada pela ausência de crítica política e impossibilita o debate ambiental relacionado às desigualdades sociais, assim como defende matizes simplistas de desenvolvimento sustentável. A perspectiva emancipatória, pode ser entendida em um duplo papel:

(...) participando dos processos de socialização humana e cumprindo uma função

³ Seja ela pós-moderna, dialética marxista, fenomenológica, dentre outras linhas teóricas que também apresentam dimensões críticas em seus fundamentos. Por exemplo, a Teoria Crítica abordada na Escola de Frankfurt, apesar de apresentar uma perspectiva baseada em alguns escritos marxistas, dentro da dialética marxista existem outras perspectivas que distinguem da Teoria Crítica difundida pela escola, a exemplo da Teoria Social Crítica. (TONET, 2013). Ou mesmo as linhas fenomenológicas críticas, que se propõe a grosso modo, sair dos “parênteses”, principalmente quando o método inclui análises etnográficas. (MOREIRA; CAVALCANTE JUNIOR, 2008). Assim como as teorias pós-modernas que se dedicam a crítica do paradigma da modernidade com fundamento na perspectiva da pós-modernidade crítica. (SANTOS, 1991).

ideológica de tensionamento das bases de reprodução da “questão ambiental”. Neste caso, trata-se de localizar a ação pedagógica no interior das múltiplas dimensões que compõem a temática do meio ambiente – dimensão econômica, social, geopolítica, cultural e ecológica – questionando os pilares da organização da sociedade capitalista e sua natureza predatória do meio ambiente. (SILVA, 2010, p. 138).

Nesse sentido, é preciso construir uma consciência crítica sobre a realidade, sobre o meio ambiente e as múltiplas dimensões da vida que possibilite também enxergar todas essas dimensões relacionadas. Mas, sobretudo, que permita enxergar que é necessário construir uma educação ambiental essencialmente crítica e que esta se some às lutas sociais pela construção de uma outra sociedade.

O segundo ponto importante e necessário para se refletir em educação ambiental nos tempos de barbárie é situar o debate em torno das formas de produção estabelecidas socialmente. Pois, a “natureza é a principal fonte de mercadorias e, portanto, de acumulação do capital. Nada pode impedir que o capital transforme a natureza em mercadorias uma vez que a busca do lucro é a sua lei suprema.” (TONET, 2015, p. 9). Isto é, a essência do sistema capitalista é a busca incessante pelo lucro, assim como a sua natureza é amparada pela crise.

As desigualdades, os antagonismos sociais, assim como a degradação da natureza e os impactos gerados na produção de capital, são fruto da dominação do capital sobre o trabalhador. Desse modo, a desigualdade é força motriz do capitalismo, faz parte de sua essência. O que torna impossível humanizar o sistema capitalista (TONET, 2013).

Por conseguinte, em tempos de barbárie, na crise estrutural do capital, as tendências destrutivas do capital andam lado a lado com o seu cúmplice inseparável: o desperdício catastrófico. (MÉSZÁROS, 2011). E com ele o esgotamento dos recursos naturais, agressão indiscriminada da vida humana, destruição de todas as formas de vida.

É preciso fomentar atividades educativas que apresentem dimensões emancipatórias e que realmente mobilizem nas pessoas o desejo de tornam-se partícipes da construção de possibilidades transformadoras da realidade embasadas na compreensão das verdadeiras causas dos problemas ecológicos, instigando-as para a proposição de alternativas viáveis e engajadas com a luta social coletiva. (TONET, 2015).

A educação ambiental emancipatória, segundo Layrargues e Lima (2014), apresenta uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos históricos e sociais e sua relação com a natureza. Ou seja, partindo dessa ótica, não é possível compreender e analisar a questão ambiental, a degradação do meio ambiente, a depredação da natureza sem relacioná-las com os antagonismos sociais e do movimento de reprodução das relações sociais.

(...) afinal, a crise ambiental não expressava problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. As causas constituintes destes problemas tinham origem

nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29).

Partindo dessas premissas, é possível situar a importância da educação ambiental crítica no seio das lutas sociais. Amparado por um arcabouço teórico metodológico que possibilite identificar e discernir não somente as perspectivas de educação ambiental, como também as raízes da questão ambiental, é necessário reconhecer onde e para quem as injustiças sociais e ambientais são acometidas no centro das contradições ambientais e sociais.

Para o movimento de justiça ambiental, uma situação de injustiça ambiental caracteriza-se quando na sociedade se destina a maior carga dos danos ambientais a grupos sociais de trabalhadores ou grupos étnicos discriminados, entre outros segmentos em estado de maior vulnerabilidade social e econômica, ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 63).

Nesse sentido, a justiça ambiental pode ser entendida “como um conjunto de práticas organizadas de agentes sociais que se encontram na condição de expropriados e que defendem politicamente projetos societários anticapitalistas” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). No centro das desigualdades sociais, ausência efetiva de políticas públicas, precariedade nas condições de vida, assim como das condições ambientais básicas e de saúde coletiva, a educação ambiental crítica emancipatória aliada ao movimento de justiça ambiental e das lutas sociais, somam-se em um movimento contra-hegemônico na luta pela transformação societária e na construção de um mundo mais justo e igualitário.

Conclusão

As contradições próprias do sistema sociometabólico entre o trabalho e a natureza sob a égide e comando do capital no tempo presente, denotam para as profundas crises civilizatórias, ecológicas, políticas, sociais que vivenciamos globalmente. Em tempos de barbárie, o lucro está acima da vida, o desperdício está acima da fome, a produção de bens e serviços está acima das necessidades humanas. A contradição é a natureza do sistema sociometabólico do capital.

Em tempos de aprofundamentos de crise humanitária, a radicalidade das respostas precisa estar alinhada aos interesses da humanidade, que não somente luta pelo acesso aos direitos sociais e a dignidade humana, mas em tempos de barbárie, luta pela vida.

Para tanto, a educação ambiental necessita ser emancipatória e estar concatenada aos interesses das lutas sociais. É preciso defender uma educação ambiental crítica, mas nessa lógica é preciso defender também uma educação ambiental que comporte a radicalidade na transformação proposta por um processo educativo que envolve não somente as causas ambientais, como também, deve estar aliado à luta contra a fome, contra as injustiças, contra o racismo e o preconceito estrutural.

Referências

- ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. A. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. –São Paulo: Saraiva, 2011.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009. – (Mundo do trabalho).
- LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. C. **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 23-40 n jan.-mar. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>> Acesso em: 21 abril de 2020.
- LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>> Acesso em: 21 abril de 2020.
- MOREIRA, V.; CAVALCANTE JUNIOR, F. S. **O método fenomenológico crítico (ou mundano) na pesquisa em psico(pato)logia e a contribuição da etnografia** Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 8, núm. 2, agosto, 2008, pp. 249-265. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. – 1. ed. Revisada. – São Paulo : Boitempo, 2011.
- SANTOS, B. V. **Um discurso sobre as ciências**. –5. ed. – Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. – São Paulo: Cortez, 2010.
- TONET, I. Educação e Meio Ambiente_ IN: *Rebela*, v. 3, n. 5, 2015.
- _____. Teoria Social Crítica: do que se trata? IN: *Em defesa do pensamento crítico*. Maceió: EDUFAL, 2013
- VALENCIA, A.S. **Subimperialismo e dependência na América Latina: O pensamento de Ruy Mauro Marini**. – 1. Ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2019.



Tatiana Ferreira dos Santos

Graduada em Serviço Social; Mestre em Educação e Doutora em Serviço Social. Membro do Grupo de Pesquisa Mentalidades e Trabalho: do local ao global (CNPq/UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8051-9253>. E-mail: tatianaferreira1@yahoo.com.br.

Recebido em: 04/05/2022

Aprovado em: 13/05/2022

Publicado em: 27/05/2022